

ENERGIA, PARA QUEM E PORQUÊ?



Publicação do Comitê para os Direitos Humanos na América Latina (CDHAL)

Março 2017

EQUIPE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO *ENERGIA, PARA QUEM E PORQUÊ?*

Aida Mas e Julien Boumard-Coallier, diretores de projeto, Nadja Palomo e Marie-Ève Marleau, coordenadoras do CDHAL; Anahi Kerbaol, Karl Abraham, Susana Vega, Hernán Noriega, estagiários

COLABORADORES E COLABORADORAS

Roselyne Gagnon, Priscylla Joca, Yussef Kahwage, Éva Mascolo-Fortin, Anouk Nadeau-Farley, Anne-Lise Pierre, Diana Potes

ILUSTRAÇÕES

Chloé Germain-Thérien, Nicolas Lachapelle, Martin Patenaude-Monette, François Samson Dunlop

CAPA

Denis Ninine

CONCEPÇÃO GRÁFICA

Roselyne Gagnon

TRADUÇÕES

Carla Christina Ayala, Alessandra Devulsky, Alexandra Ferland, Margaret Heap, Priscylla Joca, Yussef Kahwage, Paulina Leyva, Éva Mascolo-Fortin, Alexandra Parada, Diana Potes, Adriana Pozos, Sofia Ramos Diaz

PARCEIROS DO QUÉBEC

Développement et Paix; Centre de recherche en éducation et formation relatives à l'environnement et à l'écocitoyenneté de l'UQAM; Réseau québécois des groupes écologistes (RQGE); Amis de la Terre - Québec, SOS Territoire du GRIP-UQAM, Justice climatique Montréal

Impressão: Katasoho



Este projeto tornou-se possível graças ao apoio financeiro do Ministério das Relações Internacionais e da Francofonia (MRIF) pelo intermédio do Fundo de educação e engajamento do público em solidariedade internacional (FEEPSI). Este fundo é delegado à Associação quebequense dos organismos de cooperação internacional (AQOCI).

INTRODUÇÃO

A visita de uma representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) à Montreal, em 2010, permitiu evidenciar uma série de pontos em comum entre os modelos energéticos do Brasil e do Québec. Ela se mostrou interessada em encontrar grupos socioambientalistas do Québec a fim de buscar internacionalizar a luta contra o modelo energético e participar da construção coletiva de alternativas, notadamente de soberania energética. A equipe do Comitê para os Direitos Humanos na América Latina (CDHAL) foi então convidada a analisar o modelo energético do Québec e a conhecer melhor os militantes que têm denunciado esse modelo e lutado para transformá-lo, no fito de contribuir com as relações de reciprocidade entre os movimentos sociais do Sul e do Norte.

Foi assim que em 2013 o projeto “Energia, para quem e porquê?” teve início. Um de seus objetivos visa a apropriação coletiva do conceito de justiça energética, inspirando-se nas análises de soberania energética de movimentos da América Latina, principalmente do MAB (Brasil), do Movimento Mexicano de Pessoas Afetadas por Barragens (México) e do Ríos Vivos (Colômbia), com vistas a encontrar os pontos de ancoragem desse conceito no contexto do Québec. A justiça energética, tal como é concebida nesses movimentos da América Latina, porta uma vontade de elaborar um modelo energético popular, inclusivo, justo, que respeite todos os direitos humanos, permitindo o controle das fontes de energia de uma maneira descentralizada e democrática. O bem comum e a aceitação social são o coração desse conceito.

A JUSTIÇA ENERGÉTICA IMPLICA:

- » Desenvolver alternativas energéticas não baseadas em combustíveis fósseis, passíveis de causar destruição tanto local como global, e sim promover as fontes de energia renováveis e de menor impacto;
- » Considerar diversas formas de fornecimento de energia, as quais devem estar disponíveis a toda a população;
- » Contribuir com a melhora da qualidade de vida da população;
- » Descentralizar, autonomizar, diversificar e adaptar a produção de energia ao lugar de origem e às necessidades locais;
- » Parar esses tipos de projetos que apelam à dependência e à destruição de bens comuns que comprometem o bem-estar e o bem-viver local e nacional.

Esse documento visa a suscitar a reflexão sobre a justiça energética. Os princípios de descentralização, de acesso à energia, de respeito ao meio ambiente e de participação cidadã que a caracterizam são ilustrados através de histórias em quadrinhos inspiradas em casos reais. Duas iniciativas do Québec, uma das Primeiras Nações do Canadá e uma da América Latina foram selecionadas para a construção de cenários realizados por ilustradoras e ilustradores.

ENERGIA, PARA QUEM E PORQUÊ?

POR UM MODELO ENERGÉTICO MAIS JUSTO, DURÁVEL E DEMOCRÁTICO

A energia é um tema complexo que não pode ser abordado unicamente sob o ângulo tecnológico, desconectada das questões de poder. A energia é consideravelmente uma questão social, política e econômica. A implementação de megaprojetos energéticos, mesmo no caso de ramos considerados de energia “verde”, traz consequências irreversíveis para os ecossistemas e provoca violações de direitos humanos, como a monopolização de territórios e de riquezas naturais, os deslocamentos forçados de populações, a criminalização de defensores e defensoras de direitos humanos e do meio ambiente, etc.

O modelo energético atual responde à demanda do mercado, aos interesses de grandes corporações que detêm o controle do setor energético e a monopolização da produtividade a todo custo. Nesse modelo, o Estado e o governo intervêm o menos possível a fim de garantir a liberdade do mercado e implementar mecanismos de apoio ao setor privado. Desse modo, as políticas neoliberais levam a um desenvolvimento agressivo, dominado pelas empresas privadas e grandes instituições financeiras internacionais. Cada vez mais, o sistema social e político desagregam-se enquanto as elites privilegiam os interesses econômicos que afetam o desenvolvimento integral de toda a população, principalmente no que diz respeito aos direitos e liberdades econômicas e sociais e à liberdade de expressão. No que concerne o meio ambiente, o modelo neoliberal é acompanhado de uma intensificação do processo de exploração de riquezas naturais (florestas, terras aráveis, petróleo, água, minas, gás natural, biodiversidade) visando a gerar mais riqueza econômica e satisfazer um mercado em crescimento.

Atualmente, tanto no Sul como no Norte, nós constatamos uma ausência de aceitação social e de consentimento quanto a muitos projetos energéticos. A título de exemplo, nós podemos citar o Plano Puebla Panama e a Iniciativa para a Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), as areias betuminosas de Alberta e a exploração de hidrocarbonetos do vale e do golfo do Saint-Laurent no Québec. Os direitos à uma informação completa, prévia e clara, à consulta, à participação e ao consentimento dos povos, notadamente dos povos indígenas, sobre projetos de desenvolvimento que os afetam, não são, na maioria dos casos,



Foto : Rios Vivos

respeitados. Diversos movimentos denunciam essas violações e reivindicam a instauração de um processo democrático em torno de uma decisão de explorar ou não nossos bens comuns.

A exploração dos recursos naturais pode parecer “natural” e necessária para a produção de energia a curto prazo, assim como para o desenvolvimento da economia, do progresso e da melhoria da qualidade de vida. Mas essa maneira de conceber a energia leva realmente ao “desenvolvimento”? Quando nos aprofundamos nos estudos de “como”, “por que”, e “para quem” nós geramos energia, nós percebemos que as populações locais, rurais e mesmo urbanas são frequentemente afetadas negativamente pelo modelo energético em vigor.

Numerosos cidadãos, numerosas cidadãs e movimentos sociais no Sul e no Norte se mobilizam face a essa situação e se organizam para propor alternativas. A defesa dos direitos humanos e a proteção do ambiente e do bem comum vem se tornando os eixos centrais das reivindicações. Uma solidariedade entre os movimentos é necessária e desejada porque as questões são muito graves e complexas, demandando globalizar a luta. Muitos movimentos buscam então se ligar a uma grande diversidade de aliados e aliadas, nos planos nacional e internacional. Nesse contexto, nós sugerimos algumas reflexões por meio da apresentação de princípios ligados à justiça energética baseados em cenários inspirados em casos reais, embora reconhecendo que essas experiências possuem, elas próprias, limites.

1 A DESCENTRALIZAÇÃO

Esse cenário é inspirado na fazenda Tomchyrs em Mauricie que aquece a biomassa do aviário, certos edifícios e seus silos de secagem. A biomassa é um recurso abundante e acessível na região.

PRINCÍPIOS LIGADOS A ESSE CENÁRIO:

- » **A descentralização**, que visa a responder às necessidades nos serviços energéticos aproveitando a melhor parte dos recursos energéticos locais, frequentemente controlados pelos próprios usuários.
- » **O respeito ao meio ambiente**: a biomassa é uma fonte de energia renovável que utiliza, neste caso, resíduos florestais. Não se trata, assim, de uma biomassa proveniente de uma monocultura nefasta para o meio ambiente. Essa fazenda é também muito eficaz energeticamente.

O princípio da descentralização preconiza o desenvolvimento de alternativas comunitárias focalizadas na autoprodução e na partilha de recursos, assim como na eficácia energética, na redução do consumo, no reconhecimento de saberes tradicionais e na apropriação de fontes de geração de energia para as comunidades. Para esse fim, o objetivo da descentralização é o de responder às necessidades de energia da população, tirando-se melhor proveito desses recursos locais por meio do gerenciamento do sistema energético pela própria população.



Foto : Ríos Vivos

[A **DESCENTRALIZAÇÃO DA ENERGIA** SIGNIFICA] «AUTOPRODUÇÃO E PARTILHA DE ENERGIA QUE É ACOMPANHADA DE UMA FASE DE DECRÉSCIMO ONDE NÓS REDUZIMOS DRASTICAMENTE NOSSO CONSUMO DE ENERGIA E DE RECURSOS NATURAIS. »

Bruno Massé, RQGE

« NÓS CONSTRUÍMOS UM NOVO MODELO DE PRODUÇÃO E DE USO DE ENERGIA, BEM COMO DE MANEJO DE ÁGUA QUE **SATISFAÇA AS NECESSIDADES DOS POVOS**, ANTES DOS INTERESSES DAS CORPORAÇÕES NACIONAIS E TRANSNACIONAIS. »

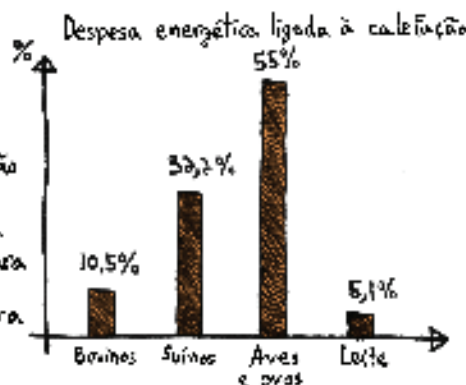
Declaração Temaca, México, 2010

Uma avicultura inovadora, por e para os camponeses.



Por Martin PM

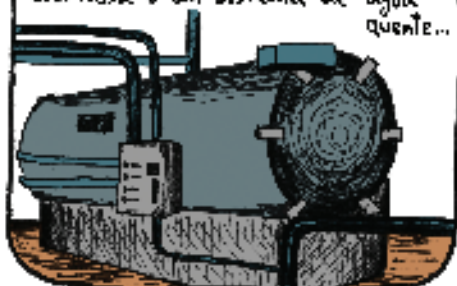
No Québec, uma das províncias do Canadá, a calefação representa uma despesa energética importante, tanto para o setor residencial quanto para a pecuária no meio agrícola.



Para aquecer suas instalações, a maioria dos agricultores continuam dependentes dos hidrocarbonantes.



As trocar o seu sistema central a propano por uma caldeira a biomassa e um sistema de água quente...



...uma fazenda pode estocar a biomassa proveniente de empresas locais tais como serragem, lascas de madeira e madeira de demolição, materiais frequentemente considerados descartáveis.



O seu Sicard e família resolveram fazer esta mudança.



Eu gastava muito propano pra cuidar dos meus perus.



Mas eu via o minho da cidade tentando se destacar de suas lascas de madeira.



E eu me dizia que a gente poderia reutilizá-las!



Então me falaram da calefação a biomassa e eu estudei esse sistema e as suas vantagens.



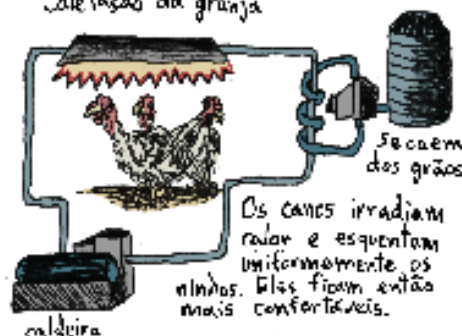


A caldeira é o equivalente de um grande fogão a lenha. Ele aquece a água que circula na tubulação e que atravessa a granja do seu Sicard.

Assim, o menino valoriza suas lascas de madeira e o seu Sicard economiza até 40% nas despesas com energia.



Calafação da granja



Pouco a pouco a gente percebeu que podia ter o controle da nossa produção de energia



e reduzir essas pegadas ecológicas.

Os perus da fazenda estão



agora mais saudáveis. Eles se desenvolvem melhor e sua taxa de mortalidade é mais baixa.

Além disso, no outono o seu Sicard seca seus grãos, recuperando o calor do seu sistema de água quente.

Um grão bem seco,



Com esse novo sistema de calafação, eu criei lagos com comunidade agora minha produção



minha e controlo própria de energia.

ACESSO À ENERGIA

2

Esse cenário é inspirado em uma iniciativa realizada por vários movimentos que fazem parte da Ríos Vivos (Colômbia), os quais implementaram diversas formas de autossuficiência e de eficácia energética com o objetivo de interligar a soberania alimentar com a soberania energética. Uma troca de experiências sobre as energias alternativas que iniciou-se em 2014, permitindo alargar o debate e a reflexão com outros organismos engajados na transformação das relações sociais a partir da chamada Partilha do Bem Comum na Colômbia.

PRINCÍPIOS LIGADOS A ESSE CENÁRIO:

- » **Acesso à energia:** o cenário reflete a ideia segundo a qual a energia é um bem comum que deve ser partilhado entre todos e todas.
- » **Respeito ao meio ambiente:** as alternativas energéticas e o projeto político de soberania energética e alimentar tentam estabelecer com a natureza uma relação que seja a menos nociva possível.

O acesso à energia visa a garantir a possibilidade física de ter acesso à eletricidade, ao aquecimento e ao transporte, bem como a possibilidade econômica de poder obter esses serviços. O acesso à energia reflete também a ideia segundo a qual a energia é um bem comum que deve ser partilhado, acessível a toda a população e não privatizado, evitando prejudicar o equilíbrio dos ecossistemas.



Foto : MAB

« AS ÁGUAS SÃO UM **BEM COMUM**, PORTANTO NOS OPOMOS A QUALQUER FORMA DE PRIVATIZAÇÃO, MERCANTILIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS QUE A GARANTAM. »

Ríos Vivos, Confluencia nacional por el agua, 2016

« [O MAB DEFENDE] QUE A ENERGIA PARA O CONSUMO OU PARA AS ATIVIDADES PRODUTIVAS DEVE SEMPRE VISAR À **SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES** DE TODA A POPULAÇÃO, UNINDO UM ALTO GRAU DE DESENVOLVIMENTO HUMANO COM A ADEQUADA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL. »

Principais afirmações políticas do 7o Encontro Nacional do MAB em 2013

ENERGIA
PARA PARTILHAR,
ENERGIA PARA
O "BUEN VIVIR"



HÁ MUITOS ANOS MINHA COMUNIDADE E EU
ESTAMOS MUITO PREOCUPADOS COM OS
PROBLEMAS ENERGÉTICOS QUE NOS AFETAM.



Nossos camaradas
colombianos dividiram
conosco suas experiências
de resistência...

E NOS CONVIDARAM
A PARTICIPAR DE
ALGUMAS OFICINAS...



QUANDO CHEGUEI LÁ,
CONHECI O PLANO DE
AÇÃO DELES.



TRANSFORMAÇÃO
DE ALIMENTOS



EM SEQUIDA, VÁRIOS
MEMBROS DA COMUNIDADE
ME APRESENTARAM SUAS
NOVAS INICIATIVAS.



I- O BIODIGESTOR

...OS DEJETOS DOS
ANIMAIS ALIMENTAM
O TRANSFORMADOR
E PRONTO!



II- ENERGIA SOLAR



III- A LAREIRA



ESTAS ATIVIDADES PERMITIRAM AOS PARTICIPANTES APRENDER E PARTILHAR EXPERIÊNCIAS E SUCESSOS, DIFICULDADES E DESAFIOS.



RESPEITO AO MEIO AMBIENTE

3

Este cenário foi inspirado em uma experiência implementada pela cidade de Saint-Hyacinthe, que é a primeira cidade do Québec a produzir gás natural a partir de matérias orgânicas. Este gás provém de resíduos orgânicos de vinte e três municipalidades vizinhas, e foi utilizado para aquecer a Prefeitura e fazer funcionar uma dezena de veículos.

PRINCÍPIOS LIGADOS A ESTE CENÁRIO:

- » **O respeito ao meio ambiente** : este projeto reduz a massa dos rejeitos reduzindo a dependência ao petróleo. Anteriormente, os caminhões percorriam mais de 100 quilômetros para enterrar os rejeitos no solo.
- » **A participação cidadão** : É a população que age reciclando, na medida em que é a instância pública da municipalidade que utiliza esta biomassa para ser convertida em energia. A distância entre o sistema de produção energética e o cidadão é assim diminuída.

O princípio do respeito ao meio ambiente consiste em implementar um conjunto de práticas tendo que têm como fito o equilíbrio das diferentes formas de vida na Terra. Para o setor energético, isso significa não degradar os ecossistemas utilizando como argumento o desenvolvimento econômico e o pretensão bem-estar das sociedades, reproduzindo a relação parasitária mantida entre as sociedades “colonialistas” com seus habitantes.



Foto : Rios Vivos

« AS BARRAGENS HIDROELÉTRICAS TRANSFORMAM A TEMPERATURA, A QUÍMICA, A DISTRIBUIÇÃO, A QUANTIDADE E O CICLO DE ÁGUA E DOS SISTEMAS AQUÁTICOS, TRANSFORMANDO A DINÂMICA NATURAL DOS RIOS. »

Ríos Vivos, 14 de março de 2012

« A IMPOSIÇÃO DE MEGAPROJETOS, COMO AS BARRAGENS E A EXPLORAÇÃO MINEIRA EM GRANDE ESCALA, PROVOCA O DESLOCAMENTO FORÇADO E VIOLENTO DE COMUNIDADES CAMPESINAS E ANCESTRAIS DE SEUS TERRITÓRIOS. »

Ríos Vivos

O biodigestor

Imagina...



se nós deixássemos de jogar nossos
resíduos orgânicos na lixeira.
Ou seja, 44% do nosso lixo
doméstico.



Em vez de acidificar o solo e emitir
gases que contribuem para o
efeito estufa,



nós poderíamos
produzir
ENERGIA!



É suficiente para aquecer edifícios e
abastecer os automóveis de maneira muito
menos poluente do que com gasolina.



E além disso, nós obteríamos um
composto pra cultivar frutas e
legumes.



Bom demais pra ser verdade?



Os benefícios são muitos:

- 1) Redução significativa da quantidade de dejetos
- 2) Produção de energia para edifícios e de combustível para automóveis
- 3) Diminuição das emissões de gases do efeito estufa
- 4) Produção de composto



Por Chloé Germain-Thérien 2015

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

4

Este cenário foi inspirado em uma iniciativa da comunidade T'Sou-Ke na Colômbia-Britânica que trouxe coletivamente um projeto de energia solar que permitiu-lhes estarem mais independentes energeticamente.

PRINCÍPIOS LIGADOS A ESTE CENÁRIO:

- » **A participação cidadã:** o sucesso do projeto reside na sua abordagem horizontal e inclusiva.
- » **O acesso à energia:** a energia distancia-se de um conceito mercantil para ser percebida como um bem comum.

Este princípio está ligado à garantia da participação de cada comunidade no processo de tomada de decisão sobre as questões que a concernem. Tratando-se de justiça energética, os direitos à livre manifestação, de associação, de reunião e à liberdade de expressão são centrais para garantir o poder decisório de todos e todas na implantação de um sistema energético e de um modelo de desenvolvimento econômico justo.



Foto : MAPDER, 2016

« [O MAB BUSCA] AMPLA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, ASSIM COMO DA RIQUEZA GERADA. »

Principais afirmações políticas do 7o Encontro Nacional do MAB em 2013

« ASSIM, O PAPEL DE UMA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DEVERIA TER, A MEU VER, MAIS LIGAÇÃO COM OS DIREITOS HUMANOS DAS COMUNIDADES EM SE AUTODETERMINAREM. ISSO QUER DIZER QUE AS COMUNIDADES DEVERIAM PODER DECIDIR SE SIM OU NÃO NESSE OU NAQUELE PROJETO QUE PODE SER REALIZADO, E COMO, IDEALMENTE: QUAL É O GÊNERO DE DESENVOLVIMENTO QUE É DESEJADO. »

Bruno Massé, RQGE

No Canadá, muitas comunidades
não são ligadas à rede
elétrica.



Entre elas, a maioria é de
comunidades indígenas.



Estas são frequentemente
dependentes das energias
fósseis.



Na província de Columbia-
Britânica, uma comunidade
decidiu elaborar um plano
para tornar-se independente
energeticamente



Esta comunidade tem agora a mais importante instalação
solar da região, um projeto que alimenta
25 casas e diversos outros
edifícios.



Esse projeto é resultado da mobilização cidadã de toda a comunidade.



Ela desenvolveu por si mesma suas técnicas, de acordo com um método de ensino adaptado à sua realidade.



Da mesma maneira, elementos culturais foram integrados à engenharia do projeto.



A comunidade também se sensibilizou com o seu consumo de energia.



E, dessa forma, conseguiu diminuí-lo!



"O mais bonito nisso tudo é que todo mundo se engajou nesse projeto!"



REPENSAR O MODELO ATUAL

O trabalho e a análise do MAB, fruto de 20 anos de lutas, inspirou a equipe do CDHAL a apoiar-se sobre sua expertise e a fazer dele seu parceiro privilegiado no seio deste projeto. Consciente dos problemas cruciais colocados pelo modelo energético atual, o movimento propõe o desenvolvimento de um novo modelo popular que nos levará a rever nossas exigências e nossos comportamentos. O coração do problema não está na raridade ou na falta de energia, mas sim na produção de energia a preço baixo para as indústrias e um modelo de desenvolvimento que não se preocupa com as necessidades da população e os limites do planeta. As energias provenientes de fontes ditas “verdes” seguem muito geralmente esta mesma lógica. Um modelo energético popular, ao inverso, implica em produzir energia que responde às necessidades reais, a cessar de subvencionar energias de bom mercado que geram pouca riqueza coletiva, favorecendo a acumulação dos lucros massivos às indústrias, que assim provocam impactos negativos sobre os direitos humanos e conflitos socioambientais importantes.

Seguindo a leitura das iniciativas apresentadas neste documento, nós convidamos-lhes a refletir acerca da soberania energética:

- » Para quem e por que produz-se energia? Em quais direções nossas escolhas coletivas em matéria de energia fazem nossas economias e sociedades evoluírem?
- » Por que a energia é gerada ? Há realmente necessidade de gerar-se toda essa energia?
- » Quais são os impactos do modelo atual ? Quais são os grupos que se beneficiam e quais são aqueles que assumem os custos, especialmente os deslocamentos forçados causados pelos megaprojetos energéticos?
- » Como ligar o urbano ao rural, de qual maneira todos nós somos afetados pelo modelo energético?
- » Quais são as análises das tecnologias ditas « verdes », as quais alimentam o modelo energético em vigor e que não oferecem reais soluções ao problema?

A soberania energética significa lutar contra a privatização dos rios e contra a modificação do uso dos recursos naturais, a propor um modelo de produção, de distribuição e de venda de energia a favorecer um desenvolvimento inclusivo e sustentável no lugar do modelo atual que alimenta com energia subvencionada as indústrias que demandam seu consumo.

DOS MOVIMENTOS SOCIAIS QUE LUTAM PELA JUSTIÇA ENERGÉTICA

MOVIMENTO DAS PESSOAS AFETADAS PELAS BARRAGENS (MAB, BRASIL)

O MAB é um movimento nacional, autônomo, popular e de luta. Ele é gerido coletivamente e sem distinção de gênero, de religião, de cor de pele, de partido político ou de nível de instrução das pessoas. Desde os anos 1970, o MAB afirma a necessidade de criar um modelo sobre a soberania energética. A prática militante é guiada pela pedagogia do exemplo e a luta alimenta-se do profundo sentimento de amor pelas pessoas e pela vida.

MOVIMENTO MEXICANO DOS AFETADOS E AFETADAS PELAS BARRAGENS E EM DEFESA DOS RIOS (MAPDER, MÉXICO)

O MPDER combate o modelo de desenvolvimento neoliberal que guia o governo mexicano e facilita a apropriação dos recursos naturais essenciais para a vida (a água, a biodiversidade, as florestas, etc.), por meio da concessão de recursos e territórios às corporações transnacionais e aos grupos de empresas nacionais. É nesse contexto que o movimento foi formado em 2004 a fim de reunir as redes nacionais, os organismos sociais e civis e as comunidades afetadas pela construção de barragens. Eles lutam, juntos, pela defesa da terra, dos rios, dos direitos humanos, da água e da vida.

RIOS VIVOS (COLÔMBIA)

O movimento colombiano Rios Vivos é a articulação de várias comunidades afetadas pela implantação de barragens sobre seus territórios em nome de uma visão desenvolvimentista que opõem-se aos seus projetos de vida. O movimento trabalha para construção de projetos alternativos de sociedade e para a construção de um projeto energético pelo e para o povo.

REDE QUEBEQUENSE DE GRUPOS ECOLOGISTAS (RQGE, QUÉBEC)

Ativa desde 1982, a RQGE é um lugar de rede (networking) para os organismos consagrados à proteção do meio ambiente e à emergência de uma sociedade ecológica. Ela favorece o compartilhamento dos conhecimentos e das ações dos membros. A rede representa os grupos no que tange a suas reivindicações comuns junto ao governo, especialmente em relação ao reconhecimento concreto e um financiamento adequado do movimento ambiental por suas contribuições à proteção do patrimônio natural, à saúde pública e ao bem-estar da sociedade quebequense.

